

SÉRIE "REPÚBLICA"

Odilon Nogueira de MATOS

Em o nº 143 (julho/setembro de 1991) de nossa publicação, tivemos oportunidade de registrar a Série "Abolição", publicada pela Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, como contribuição ao estudo da escravidão e do abolicionismo, num total de vinte volumes, comemorando, dessa maneira, o centenário da Abolição, transcorrido em 1988. Lembramos, de início, o quanto o transcurso de efemérides comemorativas de personalidades e episódios históricos tem constituído oportunidades propícias a um considerável avolumamento da bibliografia referente a temas a elas vinculados e, não raro, a uma verdadeira reavaliação histórica e crítica resultante de manifestações culturais da mais variada natureza: congressos, simpósios, conferências, cursos, exposições e outras modalidades. O ideal, inegavelmente, é quando de tais manifestações resulta a publicação de livros ou números especiais de revistas especializadas, assegurando, assim, um caráter de permanência a eventos que, doutra forma, ficariam esquecidos com o tempo.

No ano seguinte (1989), ao ensejo do centenário da República, a idêntica iniciativa abalançou-se a Fundação Joaquim Nabuco (em convênio com a Editora Massangana), publicando uma série igualmente valiosa sobre temas republicanos, também sob esclarecida direção de Leonardo Dantas Silva, o responsável pelo empreendimento anterior. E, tal como da outra vez, a ele estendemos nossos agradecimentos, pois foi graças à sua gentileza que tivemos o prazer de receber graciosamente os 16 volumes da nova coleção, que nos comprazemos, agora, em registrar. Os nove primeiros volumes foram publicados em 1989, no próprio ano do centenário; os de nºs 10 a 15 o foram em 1990 e apenas o último (16º) traz a data de 1992.

Vol. 1. Manuel Correia de Andrade - **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. 114p

Nesse volume inicial da coleção o renomado geógrafo e historiador pernambucano procura fazer "uma análise histórica do processo de transformação dos velhos bangüês em usinas, atravessando as experiências dos meio-aparelhos e dos engenhos centrais, procurando observar e caracterizar as transformações que esse processo imprimiu na organização do espaço pernambucano". Intitulam-se os seus capítulos: "A cana ocupa o território", "Engenhos centrais e usinas", "A expansão usineira (1890-1910)", "As crises e a intervenção do Estado (1910-1930)", "A agroindústria sob a intervenção estatal (1930-1964)" e "Capitalismo e modernização (1964-1984)". Excelente bibliografia complementa o trabalho. Com a vivência sempre demonstrada pelo autor com relação a temas pernambucanos, ou mesmo do Nordeste em geral, pode-se aceitar que sua simples esperança ao encerrar a introdução se transforme em plena certeza, isto é, que seu trabalho realmente deu "uma contribuição valiosa à compreensão da evolução recente da indústria açucareira em Pernambuco e contribuído para uma análise das estruturas sociais do Estado".

*

Vol. 2. Glacyra Lazzari Leite - **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**. Pref. Manuel Correia de Andrade. 210p

Com toda a propriedade, o prefaciador ressalta a circunstância de ter a historiadora paulista, autora do presente ensaio, escolhido temas pernambucanos para seus trabalhos de grau universitário. Assim fez com **Pernambuco 1817** e, agora, com **Pernambuco 1824**, este apresentado originalmente como tese de livre-docência de História do Brasil na unidade de Assis, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pesquisadora decidida, observa, ainda, Correia de Andrade, a autora "trabalhou em arquivos do Recife, do Rio de Janeiro e de Lisboa sobre a documentação de Pernambuco referente às três primeiras décadas do século XIX, refletiu sobre a documentação que obteve, classificou e catalogou esta documentação, leu exaustivamente a bibliografia existente sobre o período e elaborou não só as teses referidas como artigos e comunicações científicas sobre os mais diversos aspectos da história pernambucana no período 1817/24". Resultou disso tudo a pesquisa realmente modelar, certamente o que de melhor até agora se escreveu sobre o movimento de 1824, complementando e melhor interpretando o que fora escrito antes por outros que não tiveram a oportunidade de realizar as pesquisas que a autora realizou. É significativo que uma coleção sobre a "República" inclua esta monografia sobre a Confederação do Equador, certamente o ponto mais alto do que se poderia denominar a pré-história da República em Pernambuco. Corretas indicações

bibliográficas e de fontes apoiam seu trabalho, no qual tudo se nos afigura fundamental, sem nada de supérfluo.

*

Vol. 3. **Memória da República**: catálogo de recortes de jornais e da correspondência do Arquivo Joaquim Nabuco. Coordenação de Tereza Cristina de Souza Dantas, com a colaboração de Ilka Cavalcanti Loureiro, Liège T. Miranda Coelho, Silvia Carvalheira e Teresa Victoria Raul. 134p.

A simples informação de que o Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco "é possivelmente o detentor do maior acervo de arquivos pessoais do Nordeste do Brasil", com cerca de trezentos mil documentos classificados em numerosas coleções que correspondem "aos arquivos de figuras da maior expressão na nossa vida cultural e política, dos fins do Império e da República", diz mais do que qualquer outra coisa do interesse e da importância de um catálogo que procure arrolar parte considerável desse acervo especialmente quando elaborado com o cuidado e o esmero e diríamos até o capricho com que se apresenta este volume terceiro da série "República", que vimos noticiando. A apresentação de Manuel Correia de Andrade chama a atenção não só para os objetivos, mas para a própria sistemática com que o catálogo foi elaborado, "por uma equipe de alto nível". Reveste-se o catálogo - é ainda o apresentador quem o diz - "de valor inestimável para o estudo da figura de Nabuco e do seu posicionamento político e ideológico frente aos grandes temas que entusiasmaram a elite brasileira nos fins do século XIX e início do século XX." Enfim, mais uma contribuição "à compreensão e ao debate da história brasileira, de importância nacional e não apenas regional".

*

Vol. 4. Affonso d'Albuquerque Mello - **A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura**. 2ª ed., revista e atualizada. Apres. de Nelson Saldanha. 216p

Fiel ao seu programa de reedições, entendeu a Editora tirar do esquecimento textos de profundo significado para a história dos ideais liberais e mesmo republicanos em Pernambuco, iniciando-o com esse livro surgido no Recife, em 1864. O autor nasceu em 1817. Bacharel pela Faculdade de Direito (então em Olinda) em 1841, foi deputado em mais de uma legislatura, exerceu o cargo de secretário do Tesouro provincial e faleceu aos 85 anos, em 1902. "Consta que foi

republicano exaltado, mas que, proclamado o novo regime, decepcionou-se e passou a combater o governo em termos violentos", observa o autor da introdução, que continua: "a veemência e a alusão à liberdade se encontram ostensivamente" nessa obra ora reeditada. Como de comum acontece em livros dessa natureza, **A liberdade no Brasil** "não apresenta uma seqüência bastante orgânica em seus capítulos. Os temas se sucedem sem um esquema muito claro, com muitas digressões e repetições. O autor retoma sem método certos assuntos, sempre tocando em duas ou três constantes maiores: a acusação aos 'corcundas', ou seja, aos lusófilos e conservadores, a referência à constituição, o reexame dos acontecimentos recentes" (Da apresentação). Dedicando logo capítulo como que introdutório sobre a noção de liberdade, apresenta-nos amplo painel onde mostra a posição de Pernambuco e dos pernambucanos em grandes momentos do século XIX, começando pela revolução de 1817. Dele, bem o disse o professor Nelson Saldanha, "é dos livros mais interessantes e mais cheios de vida de toda a literatura política brasileira do século XIX: um livro sincero e patriótico, escrito com profundo sentimento e com enorme força de comunicação".

*

Vol. 5. Henrique Augusto Milet - **A lavoura da cana de açúcar**. Apres. de Manuel Correia de Andrade. 150p

Embora não conste de página-de-rostro e nem da ficha catalográfica, trata-se de reedição de livro publicado originalmente em 1881, nas oficinas do "Jornal do Recife". O autor, engenheiro francês que chegou ao Brasil na missão Vauthier, contratada pelo Conde da Boa Vista para realizar obras modernizadoras na então província de Pernambuco, deixou-nos um livro que Manuel Correia de Andrade considera "da maior importância para a cultura e o conhecimento da história de Pernambuco". Ninguém melhor que o apresentador para dar em traços gerais a contribuição do engenheiro francês: "Milet foi uma figura singular. Aqui (em Pernambuco) permaneceu, casou, trabalhou em diversas atividades ligadas à sua profissão, participou de congressos e reuniões classistas e escreveu artigos candentes publicados na imprensa. Abordou os temas econômicos mais importantes de sua época e teve o cuidado de reunir os seus artigos em livros, a que chamava modestamente de folhetos. Dentre estes destacam-se **O Quebra-Quilos e a crise da lavoura**, republicado pelo Editora Global em 1987, com o apoio do Instituto Nacional do Livro, **O auxílio à lavoura e a crédito rural**, **Miscelânea econômica**, **Miscelânea econômica e política**, etc., que estão necessitando ser reeditados". E louva o professor Correia de Andrade a idéia da recente reedição do volume que nos apraz registrar. Como já se disse, o livro teve sua primeira publicação em 1881,

época em que a agricultura canavieira enfrentava uma grande crise e se procuravam novas alternativas econômicas para a província. Uma dessas alternativas era o café, defendida pelo então presidente Henrique Pereira de Lucena, mas que Milet, baseado nos seus conhecimentos econômicos e na experiência agrícola, muito criticou, chamando a atenção para o fato de que o café em Pernambuco não tinha condições de substituir a cana e que a campanha do então presidente da província poderia provocar um desânimo nos senhores de engenho, com grande prejuízo para todos. Boa parte da problemática do açúcar, desde o custo da produção até o transporte ferroviário, já em pleno desenvolvimento quando da publicação do livro, é criteriosamente abordada, levando o apresentador a afirmar que o trabalho de Milet "é fundamental para o conhecimento da história de Pernambuco e do Nordeste na segunda metade do século XIX, no período de agonia dos bangüês, assim como para um maior conhecimento da história do pensamento em relação à economia e à política por parte dos produtores de açúcar, classe que dominava então a província e que se angustiava por perder espaço em escala nacional para os produtores de café do Centro-Sul".

*

Vol. 6. **Nabuco e a República**. Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Siva. xxvi+173p

Três ensaios - **O Povo e o Trono** (1869), **O Dever dos monarquistas** (1895) e **A intervenção estrangeira na Revolta da Armada** (1896) - estão a marcar a fase republicana e liberal de Joaquim Nabuco. O primeiro, escrito no calor da juventude, só agora obteve a sua segunda edição e os dois outros, escritos na fase madura, são pouco conhecidos do grande público, daí a importância dessa coletânea para os estudiosos da evolução do pensamento político brasileiro e especialmente interessados na vida do grande liberal pernambucano" (Nota de contracapa). Mais uma excelente iniciativa de Leonardo Dantas Silva, a reedição desses textos, precedida de criteriosa introdução em que analisa o caráter e o significado de cada um deles. O primeiro, **O povo e o Trono**, "profissão de fé política", publicado com o pseudônimo de "Juvenal, Romano da Decadência", é praticamente desconhecido de seus biógrafos, pois nem sequer vem mencionado pela maior delas, sua filha Carolina, embora conste do clássico *Dicionário Bibliográfico*, de Sacramento Blake. O dever dos monarquistas, consiste numa carta do Almirante Jaceguai, em resposta à que fora publicada no "Jornal do Comércio" de 15 de setembro de 1895, sob o título **Dever do momento**. Tal como o primeiro, constitui profissão de fé no regime monárquico, mas de uma confissão franca, leal e aberta a eventuais críticas que pudessem ser feitas ao regime. Já o terceiro, **A intervenção estrangeira...**, visa a um objetivo mais específico, qual é retratar um momento difícil dos primeiros anos da República, particularmente o episódio final da chamada "Revolta da Armada".

Este trabalho mereceu reedições em 1932 (Freitas Bastos) e 1939 (Companhia Editora Nacional).

*

Vol. 7. Gilberto Freyre - **O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti"**. Edição fac-similar a de 1959; pref. Lourival Fontes; apres. Leonardo Dantas Silva. 274p

A primeira referência bibliográfica às Memórias do velho Felix ocorreu na coleção "Brasileira", que as editou em 1940, em seu volume 196, contendo trecho do "livro de assentos" de Felix Cavalcanti de Albuquerque Melo (1821-1901), escolhidos e anotados pelo seu bisneto Diogo de Melo Menezes, com introdução de Gilberto Freyre. Precioso exemplo de um códice dos arquivos de família, de grande interesse para a história social do Brasil, como o prova o uso que dele fez o autor de "Casa Grande & Senzala" para os seus imprescindíveis trabalhos sobre a formação patriarcal da sociedade do nordeste brasileiro. Com base nessas "memórias" elaborou Gilberto Freyre o excelente ensaio que aqui se registra, publicado originalmente na coleção de suas "Obras Reunidas", editadas em 1959 pela Editora José Olympio e aqui reproduzido fac-similarmente, incluindo o prefácio de Lourival Fontes. Aliás este prefácio caracteriza bem o interesse do livro: "O velho Cavalcanti não escreveu memórias com destino à publicidade ou com intenção literária. Ele as escreveu para o olvido e para o anonimato. São assuntos íntimos, observações pessoais, impressões privadas, cronologias domésticas, reações aos acontecimentos, inibições sociais, desassossego e confusão diante do progresso, da invenção técnica ou do milagre científico. Era um homem não de boas mas de poucas letras. Pobre mas nobre, sem a posse da terra mas com a auréola da tradição. Narra os acontecimentos como revela as reações pessoais. São papéis intencionalmente humanos, com uma enorme soma de experiências individuais"(...) Nesse livro de assentos sucedem-se as grandes cheias, as secas devastadoras, a Revolta Praieira, a eloqüência de Joaquim Nabuco, o triunfo das causas populares, as façanhas dos capoeiras, as debilitações e perecimentos da peste, as casas mal-assombradas com almas do outro mundo, a rebelião frustrada de Dom Vital, e, por fim, a Abolição e a República".

*

Vol. 8. Manuel Correia de Andrade (org) - **Movimentos populares no Nordeste no período regencial**. 92p

Resultou esse volume de um seminário realizado a 25 de abril de 1986, comemorativo do sesquicentenário da "Guerra dos Cabanos", com a finalidade de

reunir estudiosos brasileiros que se vêm preocupando com isso e estudando os movimentos populares que ocorreram no Nordeste durante o período regencial. Justificando-o, escreveu Manuel Correia de Andrade, coordenador e um dos autores: "Estes estudos têm a maior importância por haver sido a Regência um dos períodos mais tumultados da história brasileira, nele se fez a transição do controle do Estado pelos políticos do período colonial, em sua maioria portugueses de nascimento, para o domínio do Segundo Reinado em que o governo, apesar de monárquico, manteve uma maior identificação com as elites dirigentes nacionais. Nesse período de transição (1831/1840) ocorreram grandes atritos entre os grupos sociais dominantes, em grande parte absolutistas e conservadores, e as camadas populares, pobres, expropriadas, que procuravam libertar-se da dominação a que estavam submetidas". Eis os trabalhos contidos no volume: "A Balaiada no Piauí" (Maria Amélia Freitas de Oliveira); "A revolta de Pinto Madeira no Ceará: participação dos segmentos sociais marginalizados" (João Alfredo S. Montenegro); "Setembrizada e Novembrada: fontes de irradiação nordestina" (José Otávio); "O povo contra a oligarquia: a Guerra dos Cabanos" (Manuel Correia de Andrade); "A Guerra dos Cabanos: uma interpretação" (Décio Freitas).

*

Vol. 9. Fernando da Cruz Gouvea - **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República.** 408p

O nome de Fernando da Cruz Gouvea é a melhor das credenciais para a consagração deste seu trabalho, modelo de pesquisa no campo da história política, em que analisa uma das fases mais brilhantes da vida de Joaquim Nabuco, desde quando retornou à província para concluir seus estudos na Faculdade de Direito, em 1869, até a proclamação da República em 1889, passando por uma série de momentos significativos da carreira do grande estadista. Narrar novamente a vida de Nabuco em termos convencionais, inclusive arriscando-se a repetições inúteis, afigurou-se ao autor tarefa "até certo ponto ociosa". Eis porque optou por estudar com a profundidade possível a sua presença "na vida política da província natal, a sua atuação, a partir de 1871, na imprensa da Corte, defendendo a liberdade para os escravos e a sustentar a superioridade do regime monárquico constitucional, segundo o modelo britânico, sobre uma república que, ao seu ver, o país ainda não amadurecera o suficiente para uma implantação que terminaria acontecendo à moda hispano-americana, vale dizer mediante um golpe militar definido pelo analista como um retrocesso danoso à evolução política nacional". Seus oito capítulos intitulam-se: 1. O primeiro vôo do Condor; 2. Joaquim Nabuco e os republicanos de 1870; 3. O deputado; 4. No Recife, 1884; 5. 1885: a caprichosa volta à Câmara dos

Deputados"; 6. Os conservadores no poder e a derrota eleitoral no Primeiro Distrito; 7. 1887: Nabuco vive no Recife, a sua "data perpétua"; 8. A caminho do acaso político. Em apêndice, diversos artigos de Joaquim Nabuco de setembro/dezembro de 1888, no jornal "O País".

*

Vol. 10. J. Gonçalves Maia - **A política do assassinato: uma página da história pernambucana**. Apre. de Leonardo Dantas Silva. 56p

Reedição de libelo publicado no Recife em 1895, motivado por desagradáveis ocorrências verificadas na capital pernambucana no início da República, como resultante da ação arbitrária de Alexandre José Barbosa Lima no governo do Estado, governo - lembra o apresentador do volume - "agitado, inseguro, marcado por golpes, quarteladas, truculências e até fuzilamentos sem julgamento prévio". De um desses conflitos resultou a morte do jornalista José Maria de Albuquerque e Melo, redator do jornal "A Província". Tais ocorrências serviram de tema ao opúsculo de J. Gonçalves Maia, agora reeditado por sugestão de Manuel Correia de Andrade. Opúsculo que o próprio autor assim justifica: "As conseqüências do monstruoso atentado que nos envergonha perante o mundo civilizado são bastante duradouras, para que o sejam também os julgamentos da opinião. O jornal é insuficiente. Por isso eu reuni em folheto todos os artigos publicados..." Folheto que "condensa o que eu chamei 'um incidente jornalístico' de uns dias e compendia um trecho dessa política vermelha, que constitui o assassinato um expediente de governo". Poderá parecer estranha a inclusão de um trabalho circunstancial numa coleção do nível da "República". Vale, contudo, a justificativa de Leonardo Dantas Silva: "Na memória histórica das gentes os folhetos, por vezes, gozam de especial interesse, pois revelam episódios de nossa **petit histoire** que nem sempre encontram espaço nos livros dos grandes historiadores". Cremos fazer falta ao volume uma nota, por pequena que fosse, sobre o autor, J. Gonçalves Maia.

*

Vol. 11. José Domingues Codeceira - **A idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco**. 2ª ed. revista e atualizada; apres. Leonardo Dantas Silva; pref. Eduardo José Wanderley Rocha. 139p

Mais uma significativa reedição de texto do século passado, este em que o major José Domingues Codeceira reivindica para Pernambuco, "comprovada

em face da história", a prioridade de seu Estado na idéia republicana no Brasil. Os pernambucanos dos primeiros tempos da República não se conformaram com o ato do governo federal que considerou a Inconfidência Mineira, como precursora dos movimentos libertários do Brasil e nem com o endeusamento de Tiradentes como protomártir da Independência. Daí, o muito que se escreveu a propósito, destacando-se o extenso libelo aqui noticiado, originalmente apresentado como comunicação ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e publicado em 1894. Sua tese é reivindicar para Bernardo José de Melo, principal partícipe do movimento de 1710, o que a República atribuiu a Tiradentes e à Inconfidência. Embora seu libelo pretenda ser "comprovado em face da História e dos documentos autênticos", o prefaciador desta reedição, Eduardo José Wanderley Rocha, enumerou diversas omissões do autor no arrolamento dos fatos que justificariam a prioridade pernambucana na Independência do Brasil, mas conclui que apesar desses senões, "a obra de Codeceira constitui-se num excelente repositório dos movimentos libertários ocorridos em nosso Estado; de modo algum não podemos obscurecer seus méritos".

*

Vol. 12. Vicente Licínio Cardoso (org) - **À margem da História da República**: inquérito por escritores da geração nascida com a República. 3ª ed., revista e atualizada; apres. de Potyguar Mattos. 305p

Em 1924, editada por Álvaro Pinto ("Anuário do Brasil"), aparecia no Rio de Janeiro uma importante obra coletiva intitulada **À margem da História da República**, e trazendo como subtítulo "Inquérito por escritores da geração nascida com a República". A organização do volume foi atribuída a Vicente Licínio Cardoso, embora nele não houvesse nenhuma indicação a respeito. Nele se inseriam algumas das melhores páginas para o conhecimento do pensamento político no Brasil. Colaboraram, pela ordem em que figuram no volume, A. Carneiro Leão ("Os deveres das novas gerações brasileiras"), Celso Vieira ("Evolução do pensamento republicano no Brasil"), "As instituições políticas e o meio social no Brasil" (Gilberto Amado), Jônatas Serrano ("O clero e a República"), José Antônio Nogueira ("O ideal brasileiro desenvolvido na República"), Nuno Pinheiro ("Finanças nacionais"), Oliveira Viana ("O idealismo da Constituição"), Pontes de Miranda ("Preliminares para a revisão constitucional"), Ronald de Carvalho ("Bases da nacionalidade brasileira"), Tasso da Silveira ("A consciência brasileira"), Tristão de Athayde ("Política e Letras") e Vicente Licínio Cardoso ("Benjamin Constant, o fundador da República" e "À margem da República"). Com o tempo, a obra tornou-se extremamente rara e cada vez mais prezada (e utilizada) pelos seus felizes

possuidores. Todos os estudiosos de nossa História, especialmente os interessados no período republicano e sobretudo os mais jovens, que não tinham acesso ao livro de 1924, rejubilaram-se com a iniciativa da Editora da Universidade de Brasília reeditando-o na série "Biblioteca do Pensamento Político Republicano". Sem nenhuma razão aparente, e sem necessidade, nesta edição de Brasília foi a obra dividida em dois volumes. E esgotou-se logo sem que muita gente a ela pudesse ter acesso. Dai saudarmos com a maior alegria a iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana incluindo o precioso livro em sua coleção "República", pondo-o, portanto, novamente ao alcance dos interessados. Esta bela edição, de excelente apresentação gráfica, com prefácio de Potyguar Mattos, apresenta-nos a obra num só volume, como na edição "príncipe", e constitui, sem dúvida, um dos pontos altos da coleção que vimos noticiando e comentando. De fato, é extremamente oportuno reler setenta anos depois as páginas escritas num momento assaz delicado da vida brasileira, ao impacto das muitas crises que a República, apenas em trinta anos, teve de enfrentar. Especialmente se considerarmos que a "geração nascida com a República" já não mais existe: o último sobrevivente do inquérito de 1924, Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), faleceu há pouco mais de dez anos. A geração desapareceu mas a obra ficou e nela estão representados os mais objetivos pensadores do período republicano, exceção feita, naturalmente, de Alberto Torres e de Rui Barbosa, os quais, se vivos estivessem em 1924, certamente teriam sido convidados para o importante inquérito. Temos por hábito dizer que numa terra de poucos pensadores, como é o caso do Brasil, deve-se valorizar o pouco que existe em matéria de reflexão política e filosófica. E estas páginas de **À margem da História da República** figuram entre o que de melhor se pode oferecer para a história de nossa cultura política. Considere-se, ainda, que alguns desses autores fizeram de seus depoimentos núcleos de trabalhos maiores, desenvolvidos posteriormente. Caso, por exemplo, de Oliveira Viana, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, entre outros.

*

Vol. 13. Oliveira Viana - **O ocaso do Império**. 4ª ed.; pref. de Walter Costa Porto. 170p

A conhecida obra de Oliveira Viana apareceu originalmente em 1925, integrando um volume especial publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorativo do centenário de D. Pedro II, uma das obras coletivas mais importantes já publicadas em nosso país. Mereceu duas tiragens em livro: uma, pelas Edições Melhoramentos (1933) e outra pela Editora José Olympio (1959). A inclusão do livro na coleção "República", veio pô-lo de novo ao alcance dos

estudiosos de nossa história, já que as edições anteriores estavam de há muito esgotadas. Em que pese a crítica muito severa e nem sempre muito justa a que vem sendo ultimamente submetida a obra do pensador e sociólogo fluminense, consideramos **O ocaso do Império** um dos pontos altos da preciosa série que vimos noticiando. Estudando a desagregação da ordem monárquica a partir da queda do gabinete Zacarias, em 1868, consta o livro das seguintes partes: 1. Evolução do ideal monárquico-parlamentar; 2. O movimento abolicionista e a monarquia; 3. Gênese e evolução do ideal republicano; 4. O papel do elemento militar na queda do Império; e 5. A queda do Império. Oportuno e pertinente o prefácio de Walter Costa Porto.

*

Vol. 14. Tito Franco de Almeida - **Monarquia e monarquistas**. 2ª ed., revista e atualizada; pref. de Manuel Correia de Andrade. 406p

"Tito Franco tinha uma visão sociológica do país e sabia que os liberais passavam menos tempo no poder do que os conservadores; assim sendo, ele teria que aproveitar mais intensamente o seu mandato para fazer críticas, disseminar as suas idéias e influenciar a vida política e social do país. Conhecedor da realidade brasileira, em escala nacional, e da Amazônia em escala regional, ele fez uma série de discursos, de artigos e de livros em que analisava a situação do país e de sua problemática. Os grandes temas nacionais sempre o preocuparam, sempre estiveram no centro de suas reflexões e orientaram a sua luta. Combateu a escravidão e o tráfico de escravos, no período em que este problema agitava o Império, pondo em risco a sua própria soberania, em face da intervenção inglesa; analisou o problema da terra e da mão-de-obra agrícola, ligando-o ao do abastecimento dos centros urbanos, em uma fase em que a população urbana, embora pequena, sofria as dificuldades de abastecimento; preocupou-se com o problema da abertura do rio Amazonas e dos seus afluentes à navegação de navios estrangeiros, procurando desenvolver esta região, ao mesmo tempo em que defendia a colonização como contribuição ao povoamento e à exploração dos recursos naturais aí existentes; preocupou-se ainda com o problema da organização político-administrativa do país, estudando a história da monarquia e tentando demonstrar que esta forma de governo necessitava ser modificada, diminuindo a influência do Imperador na vida político-administrativa e dando maior autonomia às províncias, a fim de que a vida local e regional não fosse esmagada pelas decisões tomadas na Corte, em nível nacional; preocupou-se também com o problema eleitoral, defendendo a reforma que implantaria o sistema do voto direto, em substituição ao voto indireto. E, no fim da vida, surpreendido, como todo o povo brasileiro, com a proclamação da República, em consequência de

uma quartelada, ele não aderiria à nova forma de governo e se manteria fiel à monarquia e à família reinante, quando tal atitude o eliminava da vida política. Em um momento histórico em que as principais figuras do Império apressaram-se em aderir à República para continuar com poder de mando, Tito Franco, com uns poucos monarquistas convictos, continuou fiel à família imperial, esperando que a República fracassasse e a Monarquia fosse restaurada. Morreu abandonado por seus eleitores mas batalhando por seus ideais. Mais interessante do que analisar a ação de Tito Franco, é fazer uma análise dos seus livros e de suas idéias, de vez que elas refletem a sua ação. Dentre os numerosos trabalhou que escreveu e publicou, alguns são fundamentais à compreensão de sua trajetória política e intelectual". Escusas pela longa transcrição, mas o prefácio de Manuel Correia de Andrade pareceu-nos tão expressivo para a compreensão da obra política do publicista paraense que enriqueceria sobremaneira nosso comentário. E adiante passa Correia de Andrade a examinar os diversos livros que publicou, o que se torna de real valor, pois de tudo quanto Tito Franco publicou, apenas um livro, **O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea**, merecera reedição, e assim mesmo já ha muitos anos - meio século -, quando foi publicado pela Coleção "Brasileira". Poucos políticos do Império tiveram visão ampla dos problemas nacionais como Tito Franco: Taunay, Nabuco e uns poucos mais. Portanto, é altamente significativo que se o coloque de novo ao nosso alcance, como se fez com esta reedição de **Monarquia e monarquistas**.

*

Vol. 15. Leonardo Dantas Silva (org.) - **A República em Pernambuco**.
xxviii+180p

A frase de Joaquim Nabuco colocada à guisa de moto neste livro como que o inspirou, dando-lhe sua razão de ser: "A Província de Pernambuco estará republicana dentro de pouco tempo. A sua tradição é republicana; ela fez-se por si, defendeu-se sozinha contra a Holanda, quando Portugal estava em poder dos espanhóis; conquistou sua independência por suas próprias mãos, e nada deve ao Império senão a centralização, que já a teria morto, como as suas irmãs do Norte, se não fosse a sua vitalidade extraordinária, alguma coisa do seu clima e na sua luz que impede a decadência, talvez a consciência da sua identidade histórica". E a certa altura de sua magnífica introdução, escreve Leonardo Dantas Silva: "O sentimento republicano em Pernambuco tem se mantido uma constante ao longo de sua história". E melhor prova não poderia encontrar sua asserção do que reunir neste volume, quase como encerrando a coleção, diversos artigos escritos em diferentes ocasiões, por vários autores, em diversas ocasiões, atestando, todos, o aludido sentimento republicano dos pernambucanos. Coletânea que reúne alguns estudos de

movimentos republicanos eclodidos em Pernambuco durante o século XIX, "que vêm revelar algumas facetas por vezes desconhecidas da maioria dos pesquisadores e estudiosos do tema". O primeiro deles, "Os Patriotas de 1817", revela o romancista Franklin Távora como historiador. A seguir: "A bandeira de Pernambuco", estudo histórico-heráldico do próprio organizador da coleção, Leonardo Dantas Silva; "Lei orgânica da República de Pernambuco em 1817", extraída das notas de Oliveira Lima à clássica obra de Mons. Muniz Tavares sobre a revolução de 1817; quatro trabalhos do historiador pernambucano Alfredo de Carvalho: "Os motins de fevereiro de 1823, "A República do Equador", "A bandeira da Confederação do Equador" e "As carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos"; "O suplício de Frei Caneca", depoimento de Fernando José Martins e, encerrando o volume, "Rumos de republicanismo em Pernambuco", de Marc Jay Hoffnagel, professor da Universidade Federal de Pernambuco. Com exceção do estudo sobre a bandeira de Pernambuco, publicado originalmente pela Secretaria do Governo do Estado em 1972, todos os demais foram extraídos da preciosa Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, conforme as indicações bem precisas constantes dos textos.

*

Vol. 16. Manuel Correia de Andrade e Tereza Cristina de Sousa Dantas
(orgs.) - **Nabuco e a Federação**. 72p

Para encerrar a preciosa coleção "República", um volume reunindo trabalhos apresentados no Seminário "Nabuco e a República Federativa do Brasil", promovido pelo Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco, em março de 1990. Organização de Manuel Correia de Andrade, de Tereza Cristina de Sousa Dantas, aborda os seguintes temas: "Nabuco: entre a Monarquia e a República", por Manuel Correia de Andrade; "Cidadania e Positivismo: contradições da República brasileira", por José Leonardo do Nascimento; "Transformações econômico-sociais e República", por Célia Freire de Aquino Fonseca; "Gilberto e Nabuco", por Odilon Ribeiro Coutinho. Acreditam os organizadores prestarem "um serviço de porte ao conhecimento da realidade brasileira e pernambucana, provocando um debate de grande importância histórica".